P-21-1
Fundação IBGE
DIBLIOTECA
Data 29/4/76

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA TÉCNICA

notícias

BOLETIM INFORMATIVO

Not. B. Inf.	A. 8	N. 41	Jul./Set. de 1975

Coleção IBEGEANA

SUMÁRIO

PÁGINA

Pesquisa Integrada
ESTATÍSTICAS DERIVADAS
— atividades atuais 2

INDICADORES SOCIAIS 3

Geográficas
AGLOMERAÇÕES URBANAS 3

Geodésia & Cartografia
NOTÍCIAS GEODÉSICAS 4

Convênios
ATLAS DE RONDÔNIA 5

Recursos Naturais
CICLO DE DEBATES SOBRE RECURSOS NATURAIS, MEIO–AMBIENTE E POLUIÇÃO 6

TRICART NO BRASIL, ABORDA DINÂMICA DOS ECOSSISTEMAS 7

Documentação & Informação
ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVO DE INFORMAÇÕES — 3
— para documentos especiais, geográficos, cartográficos e de recursos naturais 7

Editoriais
Últimos Lançamentos
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, a. 36, n. 4 10

BOLETIM GEOGRÁFICO, 241 10

Próximo Lançamento
GEOGRAFIA DO BRASIL 11

DEDIGEO — Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica
Avenida Augusto Severo, 8 — 2º Andar, Rio de Janeiro — TELS.: 242–5577 e 242–4466

IBGE
BIBLIOTECA CENTRAL
N.º de Reg. 11026
Data 8-10-79

PESQUISA INTEGRADA

ESTATÍSTICAS DERIVADAS
– Atividades Atuais

Criado em janeiro de 1974, no âmbito da Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento, absorvendo o Grupo de Trabalho da Matriz de Relações Intersetoriais (GTM) e o ex-Laboratório de Estatística, cujas atribuições passaram ao Grupo de Indicadores Econômicos (GIE), o Departamento de Estatísticas Derivadas desenvolveu no primeiro semestre de 1975, prioritariamente, atividades ligadas à elaboração de *matrizes* para 1970 e à produção de indicadores econômicos a curto prazo.

Matrizes. Com referência à elaboração de matrizes, a atuação do DESD no primeiro semestre de 1975 centrou-se principalmente em atividades ligadas (1) à definição preliminar dos grupos de produtos e setores produtivos que aparecerão individualizados nas matrizes (concluída); (2) conciliação da classificação industrial do IBGE com a de comércio exterior (NBM), a nível de grupos de produtos, para o ano de 1970 (concluída); (3) análise dos resultados preliminares dos Censos Industrial e Agropecuário quanto a estruturas de produção e de consumo intermediário — atividade básica do grupo, que se estenderá até o final do projeto; (4) prosseguimento da coleta e análise de dados de setores não cobertos pelo Censo de 1970 — Governo, Energia Elétrica, Construção Civil, Comunicações e outros (em andamento, com alguns setores concluídos); (5) início da análise empírica relativa à determinação das margens de comercialização, preços de produtor e consumidor.

Indicadores Econômicos. No que tange aos indicadores econômicos, podem-se mencionar (1) o aperfeiçoamento metodológico e operacional na elaboração mensal dos Indicadores da Produção Industrial. Quanto ao primeiro aspecto, prosseguiu a participação ativa do DESD, em integração com o DEICOM, no processo de aperfeiçoamento das Pesquisas Mensal e Anual das Indústrias de Transformação e Mineração; quanto ao segundo, foi conseguida muito maior rapidez na apresentação dos Indicadores, fator de grande importância em indicadores conjunturais. Iniciaram-se também no período, as bases para a implantação de uma análise econômica sistemática dos resultados obtidos através dos Indicadores; (2) prosseguimento da revisão e reformulação dos índices de comércio exterior, e de energia elétrica; (3) prosseguimento dos estudos metodológicos de índices de preços do consumidor e preparação das estatísticas primárias para elaboração destes índices (ENDEF) quanto a conceitos e aspectos computacionais.

INDICADORES SOCIAIS

Foi apresentada ao Conselho de Desenvolvimento Social, exposição de motivos versando sobre o Sistema de Indicadores Sociais. A organização e o funcionamento do Sistema de Indicadores Sociais é da área de competência do IBGE, cabendo-lhe por dispositivo em legislação específica, a "orientação, coordenação e desenvolvimento do Sistema Estatístico Nacional".

A proposta de construção de um Sistema de Indicadores Sociais, tenta consolidar e articular diversas metodologias, entre as quais aquela recomendada pela ONU, na série de documentos sob o título geral de *A System of Demographic and Social Statistics and its link with the System of National Economic Accounts.* O conjunto de Indicadores Sociais está sendo testado e construído com base em dados que se referem a conceitos centrais à geração de um sistema de informações sobre o sistema social. A referência básica para a implementação do Sistema de Indicadores Sociais consubstancia-se com o II PND, sendo que os indicadores servirão de elemento de avaliação do êxito ou inadequação das políticas consideradas na estratégia de Desenvolvimento Social.

GEOGRÁFICAS

AGLOMERAÇÕES URBANAS

O Setor de Pesquisas Urbanas do Departamento de Geografia vem de entrosar parte de seus estudos com interesses de política urbana no País. Neste sentido, foi elaborado um primeiro documento, por solicitação da Comissão Nacional de Política Urbana, com vistas a prestar subsídios aos objetivos da Entidade. Esse trabalho, que guarda ainda caráter preliminar, intitula-se "Contribuição para o Estudo de Aglomerações Urbanas no Brasil". Nele se procurou definir aglomerações urbanas em função de categorias de tamanho populacional e de distintos processos de urbanização.

Utilizaram-se critérios para a definição de cidades núcleos, capazes de gerar uma aglomeração; e critérios para a delimitação das aglomerações, compreendendo os que definem o caráter urbano do município e os que indicam sua integração em um todo. Foram identificadas aglomerações urbanas de duas grandes categorias: Aglomerações de categoria metropolitana, compreendendo diferentes níveis hierárquicos, e aglomerações abaixo do nível metropolitano. A primeira se subdivide em áreas metropolitanas de metrópoles nacionais, áreas metropolitanas de metrópoles regionais, áreas metropolitanas incipientes, e aglomerações submetropolitanas.

A segunda categoria compreende aglomerações urbanas com espaço urbanizado dominantemente contínuo, subdividindo-se em aglomerações por processo de conurbação, e aglomerações de cidades geminadas; e aglomerações sem espaço urbanizado contínuo, que inclui as alomerações por complementaridade de funções.

Os principais pontos do estudo foram debatidos em duas reuniões. A primeira, realizada em Brasília, teve a participação de elementos do Setor de Pesquisas Urbanas do IBGE e da CNPU; à segunda, no Rio de Janeiro, além dos participantes já mencionados compareceram também representantes dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Foi sugerido que o Departamento de Geografia, através do Setor de Pesquisas Urbanas, desse prosseguimento ao estudo de aglomerações urbanas. Além da ampliação do documento preliminar, com a utilização de critérios que o próprio documento já havia proposto, fixaram-se como pautas principais de pesquisa o dinamismo das aglomerações, e complexo de suas funções, as relações que mantêm entre si e com os respectivos contextos regionais.

GEODÉSIA & CARTOGRAFIA

NOTÍCIAS GEODÉSICAS

Os trabalhos geodésicos realizados pelo IBGE constituem a infra-estrutura de todos os tipos de mapeamento do território nacional. A rede geodésica brasileira cobre o litoral desde o Piauí ao Rio Grande do Sul, estendendo-se no sentido leste-oeste até a fronteira com a Bolívia, Paraguai e Argentina, ligando-se à rede geodésica do Pacífico, executada pelo IAGS.

Existem, ainda, conexões geodésicas com o Paraguai, através do paralelo de 25º, com a Argentina, em Uruguaiana e com o Uruguai.

Para tanto, a rede de triangulação convencional como as do Sistema "Hiran" e "Shiram", estão solidamente apoiadas em determinações de la. ordem.

Um trabalho de grande importância no campo da Cartografia foi a determinação do "DATUM" geodésico para o que foram estabelecidas 2.206 estações gravimétricas em uma área circular de, aproximadamente, 300 km de raio, tendo como centro o vértice de "CHUÁ", do arco do paralelo de 20º.

Os planos de trabalho de Apoio Fundamental do Departamento de Geodésia è Topografia incluem, além da triangulação clássica, o estabelecimento de poligonais de 1a. ordem com equipamento eletrônico nos Estados de Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás e Mato Grosso e, a utilização de rastreadores de satélites tipo "Geoceiver", que, pelo efeito Doppler, possibilitam o posicionamento preciso de estações terrestres. Utilizando este georeceptor, já foram determinadas 31 estações de primeira ordem.

ATLAS DE RONDÔNIA

O IBGE e o governo do Território de Rondônia firmaram convênio para elaboração do Atlas daquele Território.

O objetivo deste Atlas é fornecer subsídios para melhor compreensão do âmbito espacial do Território, proporcionando os elementos geográficos-cartográficos necessários à elaboração de programas de planejamento socioeconômico governamental além de servir de veículo informativo para os potenciais investidores empresariais e o público estudioso em geral.

Sendo o Território rarefeitamente ocupado, com uma densidade populacional inferior a 1 hab/km2, e com seu desenvolvimento economicamente circunscrito quase integralmente às atividades primárias, o Atlas de Rondônia dará a ênfase aos levantamentos de seu meio físico que condicionará as possibilidades de seu desenvolvimento econômico.

A par disto, temas ligados aos aspectos socioeconômicos foram desenvolvidos a partir inclusive de pesquisa de campo especialmente planejada para levantamento de detalhe no que concerne aos aspectos populacionais no campo das migrações, do setor saúde e educação e aos aspectos das atividades agrárias e industriais.

De acordo com o estabelecido no Convênio e com base no plano mínimo dos Atlas Estaduais elaborados pelo Grupo Executivo da Comissão de Coordenação dos Atlas Estaduais, o Atlas de Rondônia está constituído de 17 folhas de mapas, sendo a escala do mapa principal de 1:2.500.000, acompanhados de outros mapas em escalas menores, onde são desenvolvidos temas correlacionados aos mapas principais de cada folha.

O texto que se oferece no verso de cada folha constitui complementação do tema mapeado, fornecendo aos usuários compreensão objetiva das realidades do Território, no que concerne aos seus aspectos físicos, humanos e econômicos.

O Atlas de Rondônia está em fase final de execução cartográfica, estando sua impressão prevista para breve.

CICLO DE DEBATES SOBRE RECURSOS NATURAIS, MEIO–AMBIENTE E POLUIÇÃO

O IBGE realizou nos dias 3 e 4 de setembro, no Hotel Paineiras, Rio de Janeiro, o Ciclo de Debates sobre Recursos Naturais, Meio-Ambiente e Poluição. O Encontro, cumprido em termos de consulta com troca de informações e comunicações, desenvolveu-se exclusivamente sob nível técnico, através de grupos de trabalho.

Participaram categorizados especialistas em cada um dos campos e setores dos recursos naturais e fatores do meio-ambiente brasileiro. Na seqüência, houve abordagem ao problema da poluição. Alguns órgãos da administração pública, os de maior responsabilidade na política de uso de recursos naturais e manejo de meio-ambiente como IBDF, SUDEPE, EMBRATUR, SEMA, também estiveram presentes, contribuindo para o Ciclo com estudos específicos.

Os resultados apresentados constituem subsídio à sistematização de dados sobre Recursos Naturais e Meio-Ambiente, cujo levantamento a Lei 5.878, de 23/05/73 atribuiu ao IBGE. A partir das informações e das indicações feitas pelos técnicos convidados ou pelos organismos convocados, poderá assim a Entidade iniciar as tarefas que visam à organização de um Banco de Dados, que contenha informações sobre solos, águas, florestas, pastagens, orografia, fauna, rochas, minerais em geral. Tais elementos, identificados em condição adequada, serão posteriormente oferecidos ao consumo do planejamento oficial, bem como postos à disposição da iniciativa privada. Dessa forma, a satisfação das necessidades indicadas obedecerá, precisamente, à cobertura das faltas verificadas no âmbito setorial e funcional dos recursos naturais e meio-ambiente.

Com a realização do Ciclo, os documentos apresentados pelos participantes e os resultados dos debates havidos em torno das informações neles contidas passaram a constituir material básico de estudos mais profundos pelos técnicos da SUPREN.

Entendem estes técnicos que a boa qualidade das informações trazidas por especialistas de renome no País, poderá concorrer para um mais pronto alcance dos objetivos que motivaram o referido Ciclo.

TRICART NO BRASIL
ABORDA DINÂMICA DOS ECOSSISTEMAS

Aproveitando a vinda do professor Jean Tricart ao Brasil, a Superintendência de Recursos Naturais — SUPREN patrocinou curso de 4 dias sobre "Dinâmica dos Ecossistemas e Tipos de Informações Obtidas através de Sensores Remotos", com a finalidade de atualizar técnicos daquela Superintendência, especificamente, estendendo a freqüência a técnicos de outras áreas do IBGE.

Tricart é diretor do Centro de Geografia Aplicada e professor de Geomorfologia da Universidade de Louis Pasteur, França.

O Curso foi realizado no período de 25 a 28 de agosto de 1975, em dependencias do Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, na Av. Augusto Severo, 8 - 2º andar.

DOCUMENTAÇÃO & INFORMAÇÃO

Neste número, o **BI** dá prosseguimento à publicação de artigo de Edina Taunay Guimarães do Amaral, biblioteconomista do IBGE. As partes iniciais poderão ser encontradas nos dois números anteriores deste Boletim.

ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVO DE INFORMAÇÕES — 3
— para documentos especiais, geográficos, cartográficos e de recursos naturais

2.4 — **Indexação/Catalogação.** Trata-se de processo dedicado à elaboração de fichas para os diferentes índices ou catálogos, bem como para o registro de tudo que há no arquivo, no sentido de que o leitor possa conhecer-lhe o conteúdo e localização. Por esse processo, os índices podem também ser elaborados por computador.

Os catálogos e índices, quanto à finalidade, dividem-se em principal e auxiliares.

2.4.1 — **Objetivo e organização do índice principal.** Tem por objetivo o tratamento a fundo e uso de grande conjunto de informações disponíveis em âmbito local, regional, nacional e internacional. Possui caráter sistemático, pois o arranjo de suas fichas segue sistema de classificação, compondo-se de duas partes: índice alfabético e índice classificado propriamente dito.

2.4.1.1 — **Índice alfabético.** Sua função se consubstancia em remeter, de imediato, o usuário para o índice classificado propriamente dito, onde se encontram agrupadas as regiões adjacentes e conseqüentes, e quaisquer informações necessárias, fornecendo ao usuário uma "visão de conjunto".

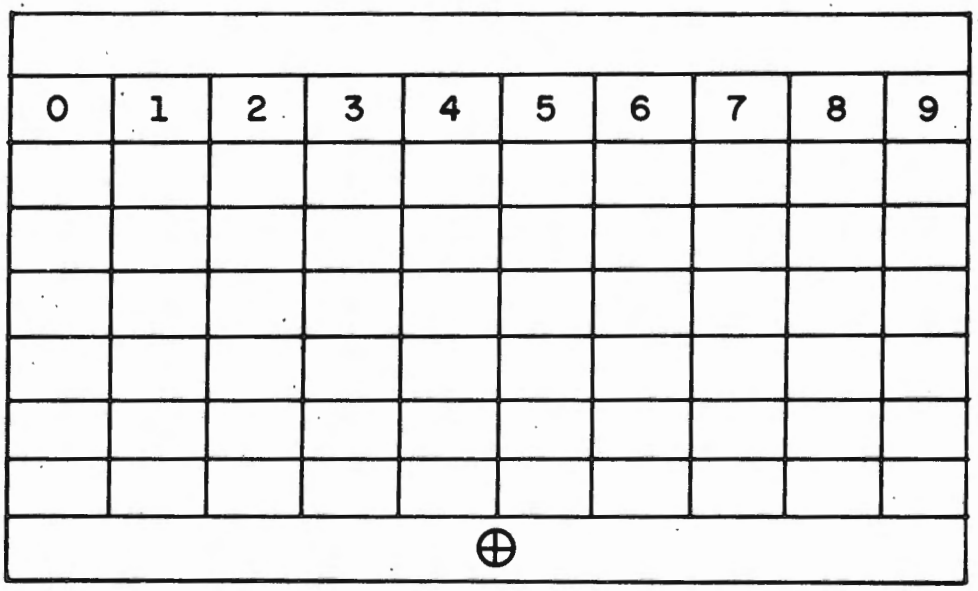
Caso não haja interesse pela "visão de conjunto", a ficha do índice mostrará também o local onde encontrar os dados.

2.4.1.2 — **Índice classificado propriamente dito.** Possui fichas de diferentes cores, segundo tipo de informação localizada, tamanho 12,5 cm x 7,5 cm, padrão internacional.

Os maços de documentos são representados no catálogo por ficha única, branca, duplicável, de acordo com os tópicos abrangidos.

O índice é organizado por número de notação, o que agrupa as regiões adjacentes e subseqüentes, bem como os assuntos correlatos e suas subdivisões, permitindo ao interessado "visão de conjunto" das informações localizadas pertinentes a essas áreas.

Caso haja interesse em indexar um documento com mais de um assunto, usa-se ficha de "indexação coordenada", modelo 1.



Este tipo de ficha comporta, em ambos os lados, a indicação total de 120 documentos ou trechos analisados. É dividida em 10 colunas (0 a 9). Na primeira margem, coloca-se o número de classificação, seguida da área e assunto em negrito. No corpo da ficha, é aposta a classificação referente ao maço de documento, acompanhada do número de registro do documento indexado. O documento é identificado por este último, pois o algarismo final do número de registro deve coincidir com o algarismo impresso na coluna da ficha. Assim, um documento com o número de registro 22, terá a indicação na coluna 2, e assim sucessivamente. Essas fichas são arquivadas no Índice classificado, atrás das classificações idênticas referentes aos maços.

Além da grande variedade de fichas que poderão fazer parte do Índice, de acordo com as informações, como já foi mencionado, convém dar ênfase às fichas auxiliares que o compõem, chamadas de referência e remissivas. As fichas de referência são aquelas que relacionam as entradas utilizadas no Índice, representando assuntos, acidentes, etc., correlatos, sob outros cabeçalhos ali usados.

Exemplo:

AMAZONAS(RIO) AMÉRICA DO SUL
VER TAMBÉM
AMAZONAS(RIO), BRASIL, NORTE

Fichas remissivas são aquelas que relacionam as entradas não utilizadas no Índice, mostrando aos usuários as formas não adotadas para as formas escolhidas dentro das normas de indexação. As fichas remissivas servem tanto para as entradas de cabeçalho de área e assunto, quanto para as entradas principais de autores.

Exemplo:

ANTROPOGEOGRAFIA
VER
GEOGRAFIA HUMANA

Observação. Neste exemplo, a ficha remissiva indica que a entrada usada no Índice é em GEOGRAFIA HUMANA.

Exemplo de autor:

Tahan, Malba, pseud.
ver
Melo e Souza, Julio Cesar de, 1895

Observação. Aqui a ficha remissiva indica aos leitores que o critério de escolha do nome do escritor que assina seus trabalhos como Malba Tahan, foi modificado, passando suas obras a ser reunidas no catálogo sob a entrada de Melo e Souza.

É preenchida a partir de 3 espaços da borda superior. Primeira margem, 2cm; segunda margem, 3cm. (conclui no próximo número).

EDITORIAIS

Últimos Lançamentos

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, Ano 36 — nº 4

A Fundação IBGE acaba de lançar o nº 4 da *Revista Brasileira de Geografia*, no qual podem ser encontrados os seguintes temas:

ARTIGOS: "Distribuição de atividades agropastoris em torno da metrópole de São Paulo" — Pedro Pinchas Geiger, Maria Salette Ney da Motta Lima e Myriam Emile Abi Abib; "O desequilíbrio do quadro natural de Franca (SP) e a formação das voçorocas — Neuza Machado Vieira.

COMENTÁRIOS: "Introdução à análise de séries temporais" — Pedro Pichas Geiger, Ana Margarete Simões Lyra, Ernst Willy Küffer e Pedro Luiz Pinto Felicíssimo; "O que veio antes, o caramujo ou o ovo? O problema de difusão da esquistossomose no Brasil" — Ruebem H. Brooks e Daniel G. Coolley.

Acompanha a Revista o *Atlas de Relações Internacionais* nº 32, no qual a geógrafa Therezinha de Castro trata da "Geohistória dos Estados Unidos".

BOLETIM GEOGRÁFICO, nº 241

O novo número do *Boletim Geográfico* trata dos seguintes assuntos: "A utilização de métodos de multivariáveis na análise geográfica regional" — Lauri Hautamaki; "Abordagem geográfica ao problema das desigualdades regionais e desenvolvimento nos países em desenvolvimento — um caso-estudo na Índia" — Galina V. Sdasyuk; "Estrutura do capital da agricultura brasileira" — Nelson de Castro Senra; "Uma estratégia para o Vale do Jequitinhonha" — Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais; "O domínio da caatinga" — Edgard Kuhlmann; "Contribuição ao estudo de padrões de consumo alimentar urbano: o consumo de leite na Guanabara" — Bertha K. Becker, Ana Maria de Souza Mello Bicalho, Angélica Alves Magnago, Leila Christina Dias Carvalho, Márcia Schornbaum Côrtes Costa e Miguel Farah Neto; "Roteiro Geológico de Uberaba" — Rita Alves Barbosa.

O *Boletim Geográfico* contém ainda os itens bibliografia, noticiário e legislação, todos, como de costume, relacionados com assuntos ligados direta ou indiretamente à Geografia, Cartografia e disciplinas afins.

Próximo Lançamento

GEOGRAFIA DO BRASIL

Cerca de 2.000 folhas de texto e 600 ilustrações compõem os 5 volumes da nova *Geografia do Brasil*, já em fase de impressão, em que se procura apresentar o estudo atual do conhecimento geográfico do País, através de minuciosa análise de suas Regiões.

O mais importante e complexo trabalho no gênero organizado no País, a nova *Geografia do Brasil* não se constitui em simples atualização da versão anterior mas, sim, em trabalho de características bem diferentes, que visa atender aos programas de publicações de sínteses de caráter didático, com padrões metodológicos modernos.

Integrando a tradicional Biblioteca Geográfica Brasileira, esse lançamento do IBGE consubstancia-se em cinco volumes relativos às cinco macrorregiões brasileiras. Abrange a selecionado elenco de temas indispensáveis a uma compreensão integral de cada área, à luz da correlação dos aspectos físicos com os complexos problemas humanos, sociais e econômicos, utilizando os dados estatísticos do censo de 1970.

DivEd/Or—ajm.

É livre a transcrição de qualquer matéria publicada neste **Boletim**.
A Redação agradece a citação da fonte.

Impresso no DECART – Serviço de Reprodução